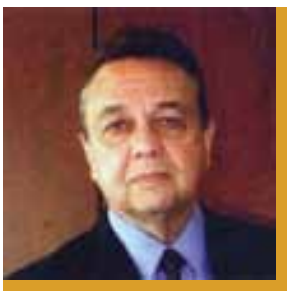
Diário de bordo

Balanço social e ambiental



Roberto Rodrigues*

NÃO HÁ dúvida alguma de que os grandes ganhos de produção observados no Brasil nos últimos anos se devem, primordialmente, à tecnologia gerada no País.

Instituições como o Instituto Agronômico de Campinas, o Instituto Biológico, o Instituto Agronômico do Paraná (Iapar), as universidades todas e, notadamente, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) vêm dando uma contribuição extraordinária na criação de uma tecnologia apropriada às condições tropicais do nosso país. Essas entidades são reconhecidas e admiradas no mundo todo, a ponto de a Embrapa ser permanentemente instada a firmar convênios com outros países tropicais da África e da América Latina, tendo em vista a difusão do que vem desenvolvendo aqui.

A sustentabilidade dessas novas tecnologias também é notável, e um dos elementos comprobatórios disso é o Balanço Social da Embrapa referente ao ano de 2010, quando a empresa selecionou e avaliou os impactos de 110 tecnologias e 140 cultivares desenvolvidas e transferidas para a sociedade. O relatório aponta os impactos econômicos, sociais e ambientais.

Nos impactos econômicos, a metodologia permite que se estime o adicional de renda (incremento de produtividade, agregação de valor e expansão da produção em novas áreas – recuperação de atividades produtivas em áreas antes consideradas impróprias ou onde os sistemas tradicionais já não são competitivos) ou de redução de custos, quando comparadas duas situações: com e sem adoção de tecnologia. Em 2010, isto valeu R$ 17,67 bilhões a mais, equivalendo a 8,13% do PIB do agronegócio!

Os impactos sociais das tecnologias são estimados pelos impulsos gerados no mercado de trabalho e pelo bem-estar social. Os indicadores são: emprego (capacitação, qualidade do emprego, oferta do emprego e condição do trabalhador), renda (geração de renda, diversidade da fonte de renda e valor da propriedade), saúde (saúde ambiental e pessoal, segurança ocupacional, segurança alimentar), e gestão e administração (condição de comercialização, reciclagem de resíduos e relacionamento institucional). Em 2010, cada real aplicado pela Embrapa deu um retorno de R$ 9,35 para a sociedade.

Nos anos 90 a Embrapa elaborou uma metodologia para avaliar os impactos ambientais das tecnologias geradas e adotadas pelo setor produtivo agropecuário. Os indicadores para avaliar os impactos ambientais são: alcance (pontual, local ou entorno do estabelecimento), eficiência (medida do resultado esperado da tecnologia em relação aos efeitos ambientais – uso de insumos, energia e recursos naturais), recuperação ambiental, conservação ambiental (qualidade do solo e da água, biodiversidade e geração de resíduos sólidos), e qualidade do produto.

Mas não é só da pesquisa agrícola que a sociedade brasileira se beneficia social e ambientalmente.

Está avançando no Brasil uma Política Nacional de Resíduos Sólidos, com a responsabilidade da indústria de insumos agrícolas e dos agricultores na destinação das embalagens usadas de defensivos agrícolas. Nossa legislação a respeito é das mais modernas do mundo, e o modelo de trabalho é exemplar. Foi criado um instituto, o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV), com a função primordial de recolher e destinar corretamente aquelas embalagens, e, hoje, cerca de 95% delas são adequadamente trabalhadas.

Esta logística, batizada de Sistema Campo Limpo, só no primeiro semestre deste ano encaminhou, para destino ambientalmente correto, cerca de 18.635 toneladas de embalagens vazias, um crescimento de 11% sobre o mesmo período do ano passado. Todo este material é reciclado e se transforma ou em novas embalagens para agroquímicos ou em materiais para a construção civil, como conduítes.

Esta contribuição do inpEV se faz com a participação das cooperativas agropecuárias. Tudo começou em 1993, com o primeiro esforço realizado pela Andef (o inpEV ainda não existia) com a Cooperativa Agrícola de Guariba, com o apoio da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo (Aeasp).

O tempo passou, e o modelo está em todo o País com resultados crescentes ano após ano. ■

*Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal